100 DIAS DE TRUMP

NEAI

Dossiê

DOSSIÊ

100 DIAS DE TRUMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS-IPPRI
Diretor: Héctor Luis Saint-Pierre

NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISES INTERNACIONAIS-NEAI
Coordenação Científica: Marco Aurélio Nogueira

DOSSIÊ 100 DIAS DE TRUMP

Coordenação: Fernanda Magnotta

Pesquisadores: André Mendes Pini, Angelo Lira, Arthur Murta, Clarissa Forner, Fernanda Magnotta, Francesca Mercurio, Géssica Carmo, João Arthur Reis, Laís Azeredo, Lucas Leite, Maíra Fedatto, Marcela Franzoni, Maria Luísa Telarolli, Milagro Mengana, Mirko Pose, Renato Xavier, Sara Toledo, Tatiana Teixeira, Thiago Babo e Victor Teodoro.

Revisão: Fernanda Magnotta e Angelo Lira

Diagramação e Projeto Gráfico: Angelo Lira

neai-unesp.org

Praça da Sé, 108 – 4º andar – Cep 01001-900 São Paulo, SP.
Telefone: (11) 3116-1800
Email: neai@ippri.unesp.br

SUMÁRIO

Apresentação: roteiro introdutório 4

Capítulo I: Status das promessas de campanha 6

Agenda Doméstica 7

Economia e cortes de impostos 7

Desregulamentação do sistema financeiro 8

Substituição do Obamacare 9

Estabelecimento de barreiras à imigrantes muçulmanos 10

Construção de um muro na fronteira com o México 11

Agenda externa 13

Combate ao terrorismo 13

Destruição completa do Estado Islâmico 14

Reversão dos termos de relacionamento com a China 15

Renegociação de acordos comerciais 16

Revisão da OTAN 17

Revisão das negociações sobre meio ambiente 19

Capítulo II: Repercussões internacionais: casos selecionados 21

Américas 22

Argentina 22

Brasil 23

Chile 26

Cuba 28

México 30

Venezuela 31

União Europeia 33

BRICS 36

Apresentação: roteiro introdutório

Fernanda Magnotta
Lucas Leite

Em 20 de janeiro de 2017, Donald J. Trump tomou posse como 45º presidente dos Estados Unidos. Ao fim de processo marcado pela polarização política e que contrariou a maior parte das pesquisas eleitorais, ele venceu a disputa de 2016 encampando um discurso de oposição a seu antecessor, Barack Obama, com base em uma agenda que remetia a um movimento de contestação ao paradigma globalista e aos "políticos profissionais" representados pelo *establishment* norte-americano, incluindo a base de seu próprio partido.

"Trump candidato" buscou apresentar-se com um *outsider* e explorou as carências e necessidades da classe média estadunidense para projetar sua plataforma de campanha. Considerado bombástico, fez propostas polêmicas, atraindo, com isso, a atenção da mídia, ao mesmo tempo em que inovou em termos de *marketing* político, já que manteve comunicação direta com seu eleitorado por meio do uso intensivo das redes sociais, particularmente do Twitter. Favorecido pela estrutura do sistema eleitoral norte-americano e pela chamada "demografia do voto", derrotou Hillary Clinton, candidata democrata, mesmo diante da maioria de votos populares conquistada por ela.

Desde o início de sua administração, "Trump presidente" mudou de posição sobre diferentes temas por várias vezes. Da mesma forma, dividiu os analistas entre os que apostavam em um cenário de moderação e normalização do republicano e os que sugeriam a longevidade do perfil anterior, já conhecido durante a campanha.

Em seus principais discursos oficiais como presidente ao longo dos 100 primeiros dias de governo, algumas temáticas foram recorrentes. Para além da narrativa de tornar os Estados Unidos "grandes" novamente, algumas propostas chamam atenção e merecem maior acompanhamento ao longo da atual adminitração.

A narrativa de Trump propõe o fortalecimento das Forças Armadas, a revisão dos tratados e acordos multilaterais, investimentos públicos em infraestrutura, além da atração de investimentos por meio da valorização do que

o presidente chama de "empresas nacionais". Essas propostas seguem um padrão discursivo que se justificam por meio da contraposição, ou seja, se os Estados Unidos não são o mesmo país de outrora – em alusão a um hipotético passado glorioso –, isso se deve a um aumento constante da presença do país no exterior que, de acordo com o presidente, teria trazido mais custos que benefícios. Esses custos se traduziriam em problemas como o "terrorismo islâmico radical" e a imigração. Por isso, todos os problemas, a partir dessa narrativa, seriam resolvidos por meio do "fechamento" do país: de suas fronteiras, do livre-comércio, do multilateralismo etc. Essas construções discursivas corroboram argumentos já utilizados, como a ideia de um "mundo civilizado" em contraposição à barbárie, termo vagamente construído que permite ser conectado a inimigos ou problemas de ocasião como o imigrante mexicano, o refugiado sírio e assim por diante.

Interessante notar que, a despeito do que foi dito durante a campanha, o tom dos discursos de posse e ao Congresso, ocorridos em janeiro e março de 2017, respectivamente, retomaram parte do tom conciliatório, inclusive com poucas alusões ao próprio presidente e mais por meio do pronome "nós", indicando uma tentativa de restabelecer o diálogo. Da mesma forma, novamente ao contrário do período eleitoral, foram feitas alusões à Bíblia e a Deus, narrativas presidenciais de costume. Por fim, cabe notar que Trump preserva clara sua vontade de se afastar do *establishment* político americano ao construir-se como "mais um" dentre tantos cidadãos do país e ao enfatizar que sua posição supostamente suprapartidária o permitiria "fazer mais e falar menos".

Ao longo deste dossiê, a equipe do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI) confronta os principais temas da campanha de "Trump candidato" em relação aos avanços de "Trump presidente", apresentando uma síntese do que marcou os 100 primeiros dias do novo governo dos Estados Unidos. Também analisamos, brevemente, as repercussões internacionais nas Américas, na Europa e nos BRICS.

CAPÍTULO I

Status das promessas de campanha

Economia e cortes de impostos

Fernanda Magnotta

Durante a campanha, Donald Trump prometeu reduzir em 35% os impostos para famílias de classe média com pelo menos dois filhos, bem como os impostos sobre os negócios de 35% para 15%. Além de defender que as empresas americanas pudessem repatriar recursos a uma taxa de 10%, falou em investimentos da ordem de US$ 1 trilhão em infraestrutura e em um plano econômico para estimular a criação de empregos, sobretudo na indústria. Trump referiu-se a seu *tax plan* como o mais audacioso da história recente dos Estados Unidos, embora não tenha dado maiores detalhes a respeito naquele momento.

Pouco antes de completar 100 dias, a administração republicana tornou pública uma versão atualizada de seu plano fiscal. Nele, o governo se propõe a reduzir o número de faixas de imposto de sete para três e diminuir a maior taxa marginal de 39,5 para 35 por cento, conforme promessa anterior. Diz ainda que irá dobrar a dedução padrão ao mesmo tempo que eliminar diversas isenções fiscais e revogar diversos tributos incluindo "the Alternative Minimum Tax", "the estate tax" e "the Obamacare tax on investment income". Além disso, o plano retoma a ideia de reduzir o imposto corporativo, fala em permitir que os donos de pequenas empresas tenham a sua renda tributada em 15% e propõe que os Estados Unidos migrem para um sistema tributário territorial, no qual as empresas pagarão impostos apenas sobre a renda gerada no país.

O plano é controverso e divide opiniões, já que não há clareza sobre os impactos que pode produzir em termos de geração de emprego, renda e investimentos. Sua negociação deverá ser relativamente lenta, já que envolverá interesses divergentes no Congresso, no campo do lobby (sobretudo pró-*business*), dos movimentos sociais e da opinião pública. Os democratas já se mobilizam para contrapor parte da estratégia, alegando que este plano favorecerá sobretudo os mais ricos da sociedade estadunidense.

Desregulamentação do sistema financeiro

Mirko Pose

No campo da desregulamentação do sistema financeiro, Trump propôs suspender quase todas as regulações financeiras postas em prática por Obama (especificamente a lei "Dodd-Frank"). Já presidente, encaminhou um memorando direcionado ao Departamento do Trabalho, e uma ordem executiva direcionada ao Departamento do Tesouro, ordenando respectivamente o exame da "regra de dever fiduciário", e de todas as leis e regulações sob o escopo do Conselho de Supervisão de Estabilidade Financeira. Ambos abrem possibilidade de mudança nas leis, caso não estejam em consonância com os "princípios fundamentais" de supervisão financeira da nova administração.

Acabar completamente com todas as regulações financeiras impostas a partir da crise de 2008 parece impossível, na prática. Depende de aprovação no Congresso, que Trump demonstrou não ter garantida, mesmo com seu partido sendo maioria nas duas casas legislativas. O que poderá ser feito é um desmonte gradual: ir negociando a revisão de itens particulares dentro de regulações mais amplas. Nesse sentido, é difícil que o presidente consiga a reversão completa do atual quadro de supervisão financeira, pois alguns pontos são controversos mesmo entre os republicanos. Outro caminho que pode ser seguido é a reorientação da função de várias agências e instâncias, por meio da nomeação de novos quadros de alto escalão. Isso deve ocorrer paulatinamente, à medida que os mandatos dos quadros antigos forem sendo encerrados.

Substituição do Obamacare

Maíra Fedatto

Conhecido como Obamacare, o *Afordable Care Act* foi alvo de diversas críticas durante a campanha presidencial de Donald Trump. Com efeito, apenas algumas horas após a posse, a primeira ordem executiva assinada pelo presidente eleito teve como alvo o *Afordable Care Act* e ordenava uma minimização de seu peso financeiro enquanto a lei não fosse revogada completamente. Embora afirmasse que iria revogar a lei criada por Barack Obama, Trump nunca deixou muito clara sua alternativa para o setor da saúde. Em linhas gerais, o chamado Trumpcare propõe acabar com a obrigatoriedade do contrato individual de um seguro de saúde, incluir subsídios federais baseados na idade e não na renda, deduzir o custo total dos prêmios de seguro de saúde das declarações fiscais federais, permitir compras de medicamentos prescritos em países estrangeiros a fim de reduzir os custos de atendimento. Alardeado como prioridade, a substituição do Obamacare acabou caracterizando uma das derrotas políticas do novo presidente norte-americano durante o primeiro trimestre de governo, visto que sua proposta para a área foi retirada de pauta após não conseguir os votos necessários, dentro do Partido Republicano, para ser aprovada. O que parecia fácil acabou dividindo a bancada republicana no Congresso. A ala conservadora defende um sistema que elimine subsídios e devolva aos indivíduos e ao mercado a iniciativa de organizar fundos mútuos e seguros com coberturas variadas de acordo com os interesses e possibilidades de cada um. Por outro lado, parlamentares republicanos moderados temem as consequências de uma reforma que retirasse direitos logo antes das eleições de 2018 para o Congresso – dando aos democratas um discurso pronto de campanha. Por sua vez grande parte da mídia norte-americana aponta que o revés de Trump na revogação de Obamacare tem implicações perigosas para o sistema de saúde americano, pois o Partido Republicano aparentemente é incapaz de revogar a lei e, também, não estaria disposto a corrigir suas deficiências.

Estabelecimento de barreiras a imigrantes muçulmanos

Laís Azeredo

Trump prometeu fortalecer a segurança nacional a partir de um controle fronteiriço rígido. Em janeiro, propôs uma ordem executiva que, em resumo, previa: (a) banimento indeterminado de refugiados sírios; (b) suspensão provisória de nacionais de seis países, de maioria muçulmana; e (c) interrupção do programa de reassentamento para refugiados. O chamado travel ban impede a entrada de nacionais dos seguintes países: Iraque, Somália, Líbia, Irã, Síria, Iêmen e Sudão. As críticas que permearam essa ordem destacavam seu caráter islamofóbico, que violam, inclusive, a constituição norte-americana.

O judiciário suspendeu essa ordem em fevereiro, alegando sua inconstitucionalidade e sua falha em demonstrar as evidências sobre as ameaças à segurança norte-americana, já que nenhum dos recentes ataques terroristas nos EUA foi perpetrado por nacionais desses países.

O governo reformulou a proposta e entre as mudanças estavam: (1) retirada do Iraque da lista, sob o temor de que isso significasse uma fragilização no combate ao Estado Islâmico (EI); (2) pessoas com vistos válidos e *green cards* ficariam isentas da ordem; (3) tratamento semelhante para refugiados sírios e demais nacionalidades; (4) e, por fim, minorias religiosas passariam a não ter mais prioridade no acesso a refúgio – as críticas demonstravam que essa ação favoreceria outras religiões em detrimento do islamismo. Permissões fora desse escopo poderiam ser reanalisadas individualmente, nos casos de vínculo empregatício com o governo, questões de saúde, estudos e familiares de cidadãos ou residentes permanentes no país.

Mais uma vez, sua ordem foi rejeitada pelo Judiciário, o que o levaria a apelar no Nono Circuito. Todavia, como essa corte impediu sua proposta de redução de investimentos nas cidades santuário, Trump ameaça apelar diretamente para a Suprema Corte. Composta atualmente por 4 conservadores e 4 liberais, aguardando a indicação de um substituto, o presidente espera conseguir sobrepor-se ao Judiciário e consequentemente ao sistema de *checks and balances*.

Construção de um muro na fronteira com o México

Tatiana Teixeira

Um dos mais polêmicos tópicos da campanha de Donald Trump, a agenda para imigração se estruturou, sobretudo, em torno da segurança, com a promessa de se construir um muro na divisa com o México para garantir a defesa da fronteira e conter o ingresso nos EUA de imigrantes em situação ilegal, assim como de recrudescer o controle policial fronteiriço e doméstico e as detenções, com deportação imediata. A exceção seria para os que chegaram ainda criança ao país – os *Dreamers*. À existente cerca de pouco mais de 1.000 km de extensão, erguida por George W. Bush em 2006, seriam acrescidos 1.600 km dos quase 3.200 km que separam os dois países.

Na campanha, estimou-se o custo da obra entre US$ 10 bilhões e US$ 12 bilhões. Agora, o governo fala em US$ 21 bilhões. Um levantamento do jornal *The Washington Post* aponta gastos de US$ 25 bilhões, no mínimo. Inicialmente, o muro seria custeado pelos EUA com posterior e total reembolso por parte do país vizinho, de onde teriam saído – nas palavras do então candidato – "bad hombres", "traficantes", "estupradores" e "criminosos", que ameaçam a sociedade norte-americana. Em comícios ao longo de 2016, Trump sempre defendeu que, do modo como se apresentava, a reforma migratória era sinônimo de "anistia, mão de obra barata e fronteiras abertas". Dados oficiais de 2014 mostram que pelo menos 11 milhões de pessoas vivem na clandestinidade no país, número que se estabilizou nos últimos anos. A maioria é de origem mexicana, correspondendo a pouco mais de 50%. De 2009 a 2015, os EUA deportaram 2,5 milhões de pessoas.

Em 25 de janeiro de 2017, Trump assinou as ordens executivas *Border Security and Immigration Enforcement Improvements* e *Enhancing Public Safety in the Interior of the United States*. Na primeira, autoriza a construção imediata de um muro físico na fronteira com o México. Para ajudar a custear a obra, uma das sugestões do governo americano é sobretaxar em 20% as importações mexicanas. Segundo Washington, o novo imposto poderá gerar US$ 10 bilhões ao ano. Os patrulheiros ganham mais poder para prenderem aqueles que representarem uma ameaça à segurança nacional. O texto determina ainda a deportação imediata dos imigrantes para o México, independentemente de sua nacionalidade, pondo fim à política de "prender e soltar". O Departamento de Segurança Interna (DHS) fica autorizado a criar novos centros de detenção e a contratar mais dez mil agentes para o *Immigration and Customs Enforcement* (ICE) e

cinco mil patrulheiros de fronteira. O outro decreto prevê, em especial, o bloqueio de recursos federais para as "cidades-santuário", conhecidas por protegerem essa categoria de imigrante. O objetivo é pressionar as autoridades locais a fornecerem informações às forças policiais e migratórias sobre indivíduos com esse *status*. Diferentemente da gestão Obama, este texto amplia o conceito de "criminosos", autorizando que pessoas acusadas, ou processadas, mas ainda não condenadas, possam ser expulsas. A tipificação de delitos fica em aberto, o que pode gerar contestação judicial de organizações defensoras das liberdades civis e dos direitos dos imigrantes.

Segundo o WP, entre 20 de janeiro e 13 de março de 2017, agentes do ICE prenderam 21.362 imigrantes, contra 16.104 no mesmo período em 2016. Desse total, quase 75% tinham antecedentes criminais, e o número de detenções de imigrantes sem ficha policial dobrou. Em março, caiu o número de detidos que cruzavam a fronteira, seu nível mais baixo em 17 anos. Para o secretário da pasta, John Kelly, trata-se de um reflexo da retórica mais dura da gestão atual.

O muro se encontra na fase de recebimento e análise de protótipos e projetos. A expectativa do Executivo é que a construção comece em setembro próximo e leve até o fim de 2020 para ser concluída. Além das dificuldades legais, logísticas e ambientais, o grande desafio é político, visto que o Congresso sequer aprovou os recursos para o início da obra. Tampouco se acredita que o governo mexicano aceitará pagar o que quer que seja. Democratas garantem que não permitirão uma sobrecarga aos contribuintes americanos, ameaçando impor um *shut down* parcial ainda este mês. E alguns republicanos admitem se preocupar com a imprecisão de informações, com o alto custo da obra, com seu impacto no orçamento e o dano político-eleitoral de possíveis cortes.

Em meio à discussão orçamentária, o presidente Trump já enviou ao Congresso uma proposta para reduzir gastos em cerca de US$ 18 bilhões, afetando pesquisas na área de Saúde e investimentos em meio ambiente e infraestrutura, por exemplo, para possibilitar a construção do muro. Nesse sentido, analistas veem pouca chance de sucesso. No momento, o debate envolve o pedido de uma injeção imediata de US$ 30 bilhões na Defesa, com US$ 3 bilhões para o DHS e a segurança da fronteira.

A opinião pública também é desfavorável, como revela pesquisa da Associated Press-NORC Center for Public Affairs Research, divulgada em 6 de abril. Pelo menos 58% rejeitam novos gastos para o muro de Trump, com divergências quanto ao que poderia ser cortado e realocado no orçamento, ao passo que quase metade afirma ser fortemente contra qualquer financiamento público ao projeto.

Combate ao terrorismo

André Mendes Pini

Ao abordar o tema diretamente, Trump prometeu "derrotar a ideologia do terrorismo islâmico radical" e "tornar a América segura novamente" – em analogia a seu mote "tonar a América grande novamente". Desse modo, Trump incluiu em sua campanha a promessa de estabelecer domesticamente como um de seus primeiros atos na Presidência uma "Comissão sobre Islamismo Radical".

Trump não implementou a Comissão prometida, esbarrando em aspectos procedimentais, como a delimitação do conceito de "Islamismo Radical". Os 100 primeiros dias de Trump não vislumbraram ações terroristas em solo norte-americano, tendo a Casa Branca optado por focar na frente internacional de combate ao terror e prevenção de imigrações (discutidos em outros tópicos).

Os desafios de implementação da política de combate ao terrorismo esbarram na sobreposição da complexidade da temática e da simplicidade com que Trump a aborda. A retórica do Presidente compara o terrorismo ao nazismo no plano internacional, e empreende esforços internos comparáveis ao histórico de combate às máfias do país. No entanto, o terrorismo não é um fenômeno cuja superação dependa da aplicação unilateral da política externa norte-americana, o que evidencia que as promessas de campanhas de Trump no tocante ao terrorismo dificilmente poderão ser implementadas com sucesso.

Destruição completa do Estado Islâmico

Clarissa Forner

Sob o mote "América em Primeiro Lugar", Donald Trump fez do combate ao Estado Islâmico (EI) uma das maiores prioridades de sua agenda de segurança nacional. Desde sua candidatura, o republicano sustentara um tom enfático, prometendo o "extermínio" definitivo do grupo.

Em janeiro, Trump emitiu um memorando que concedia ao Departamento de Defesa trinta dias para a elaboração de uma estratégia para a destruição do EI. Embora o documento permaneça confidencial, algumas pistas sobre seu conteúdo foram divulgadas pelo presidente e por membros da administração. Segundo essas vozes, o plano envolve ações militares rápidas nas fronteiras de Iraque e Síria e a conjunção de "todos os elementos do poder nacional", em prol do esforço global de combate ao terrorismo. A despeito das críticas ao governo Obama, também permanece em curso a missão "*Inherent Resolve*", lançada pelo Pentágono na administração democrata, e alicerçada em bombardeios aéreos e financiamento de grupos aliados locais. Dados sobre a implementação das novas estratégias, porém, permanecem vagos.

Somam-se a isso as contradições que permearam as ações de Trump durante seus primeiros cem dias de governo, como os recentes ataques à Síria e ao Afeganistão. Tal imprevisibilidade gera desafios e questionamentos. O principal deles se refere à possibilidade de um aumento da presença militar estadunidense no Oriente Médio e as consequências dela derivadas, como o desgaste do aparato militar e as reações das demais potências regionais ao aumento da militarização. Ademais destaca-se a própria complexidade inerente à contenção do fenômeno do terrorismo, diante da qual o instrumento militar, supervalorizado por Trump, se mostra oneroso e insuficiente.

Reversão dos termos de relacionamento com a China

Mirko Pose
João Arthur Reis

Donald Trump prometeu uma guinada radical nas políticas econômica e securitária, enfatizando o protecionismo comercial, de modo a reverter os déficits comerciais dos Estados Unidos com a China. Logo depois de tomar posse, atendeu a um telefonema oficial da presidente de Taiwan, o que levou ao questionando da "Política de Apenas Uma China", um dos pilares centrais das relações EUA-China desde a reaproximação de ambos na década de 1970. Posteriormente, em conversa telefônica com Xi Jinping, Trump relativizou o ocorrido. Além disso, nomeou Peter Navarro, economista famoso por seu posicionamento crítico à política comercial chinesa, para o cargo de Diretor de Política Comercial e Industrial dos EUA e fez declarações belicosas em relação ao Mar do Sul da China e à Coreia do Norte.

Até agora, foram perceptíveis dois momentos claros na política externa de Trump para a China. Em um primeiro momento, declarações de oficiais de alto nível e do próprio presidente tiveram um forte tom de oposição à China. Posteriormente, verificou-se um recuo ou arrefecimento do tom em todas as instâncias. O desafio maior ainda é a dialética que caracteriza a relação entre Estados Unidos e China: o de possuírem objetivos geopolíticos concorrentes ao mesmo tempo em que existe forte complementariedade econômica, em especial a posse de títulos da dívida estadunidense como reserva internacional da China. As duas esferas, contudo, parecem estar sendo tratadas de maneira explicitamente interligadas, como demonstrou a decisão do presidente estadunidense de desistir de classificar a China como um manipulador da taxa de câmbio. De acordo com ele mesmo, isso foi feito para garantir apoio chinês a uma solução conjunta no tema da Coreia do Norte. Ainda parece cedo para afirmar se esse redirecionamento estratégico foi um planejamento concertado ou uma mudança no rumo da estratégia presidencial por influência das facções do gabinete mais favoráveis a uma relação cooperativa e pragmática com a China.

Renegociação de acordos comerciais

Arthur Murta

Durante a campanha eleitoral, Donald Trump prometeu exaustivamente que iria retirar os Estados Unidos da Parceria Transpacífico (TPP) e que renegociaria o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

No dia 23 de janeiro, poucos dias após assumir a Presidência, Trump consolidou esse que foi um dos temas mais recorrentes de sua campanha presidencial: assinou o decreto que retirou os Estados Unidos da TPP e afirmou que tal ato era "algo grande para o trabalhador americano". Na mesma ocasião, sinalizou a importância de renegociar os termos do NAFTA. Wilbour Ross, Secretário de Comércio, assumiu o cargo tendo como prioridade estabelecer quais seriam os rumos desejados para um "novo" NAFTA.

Apesar da retirada estadunidense da TPP já ter se consolidado, os ecos de tal decisão agora refletem no debate sobre a renegociação do NAFTA. Aqueles que eram a favor da implementação da Parceria Transpacifíco têm afirmado sistematicamente que o mega-acordo comercial, por englobar também Canadá e México, já se constituiria como uma ferramenta de renovação do NAFTA, incluindo termos há muito pleiteados – sobretudo questões trabalhistas e temas voltados à propriedade intelectual. Para estes, a retirada dos EUA da Parceria abre, ainda, margem para que a China aumente sua influência na delimitação de rumos do Comércio Internacional. O impasse atual está no "formato" desejado para o NAFTA, já que um recrudescimento de regras e tarifas poderia custar ainda mais empregos para os Estados Unidos – e não aumentar a oferta de trabalho, como o governo defende. Por fim, a administração Trump tem pressa na renegociação: a aproximação das eleições presidenciais mexicanas de 2018 podem minar todas as expectativas estadunidenses de imprimir seus interesses em uma reforma do acordo, tendo em vista que o discurso nacionalista de não subserviência tem ganhado força no México.

Revisão da OTAN

Victor Teodoro

Durante a campanha, Trump prometeu revisar as relações entre os EUA e os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), atentar para as contribuições financeiras dos membros da aliança, inclusive condicionando o apoio estadunidense à situação do aliado frente ao Tratado, ampliar e reestruturar as ações da OTAN, assim como "modernizá-la", uma vez que a julgou obsoleta.

Até o momento, em termos de ações concretas relacionadas ao assunto está, primeiramente, a nomeação de James "Mad Dog" Mattis para a Secretaria de Defesa. O secretário - que é General aposentado do Corpo de Fuzileiros – reafirmou sua posição de suporte à OTAN durante as oitivas de confirmação no Senado em janeiro, assim como também o fez o secretário de Estado, Rex Tillerson. Cerca de um mês depois, em fevereiro, Mattis reafirmou a posição de Trump sobre a revisão das contribuições financeiras dos países membros durante a cúpula da OTAN em Bruxelas. Em março, após receber a Chanceler Alemã, Angela Merckel, Trump "twitou" rebatendo as críticas acerca do estranho clima do encontro, mas aproveitou a mensagem para afirmar que a Alemanha tem pago muito pouco e recebido muita proteção paga pelos contribuintes nos EUA através da OTAN.

No início de abril os EUA realizaram um bombardeio na Síria após suspeitas de que o regime de Bashar al-Assad teria utilizado armas químicas contra civis. O secretário geral da OTAN, Jens Stoltenberg, soltou nota apoiando o ataque e reforçando o comprometimento da Organização para com ações que visem combater abusos e garantir a estabilidade na região. Recentemente o presidente mudou o discurso, afirmando que a OTAN não é mais obsoleta agora que se alinha ao combate ao terrorismo. Mas continua a exigir maior participação dos membros no custeio e maior comprometimento com os compromissos acordados.

Entre os desafios para a implementação desta agenda está o fato de que a maioria dos países membros da OTAN são europeus que sofrem com uma crise institucional na União Europeia, que se agrava após as crises econômicas e

de dívida vividas pelos países mediterrâneos e mais recentemente pelo pedido de desvinculação feito pelo Reino Unido (o Brexit). Além das tensões motivadas pela disputa na região da Criméia (Ucrânia) - que pressionou as relações entre a OTAN e a Rússia e da crise de refugiados ocasionada pelos conflitos e intervenções no Oriente Médio e Norte da África.

Em resposta às críticas de Trump sobre a forma de financiamento da Organização, Ivo Daaler, representante permanente na OTAN entre 2009 e 2013, argumentou que o financiamento é feito conforme as capacidades de cada ator membro. Ainda que somente 5 dos 28 países cumpram a meta de investir 2% de seu PIB em defesa, os membros que não estão em conformidade com a norma têm ampliado seus orçamentos para a pasta, se observada a série histórica. Ainda segundo Daaler a OTAN não é uma relação comercial onde os países pagam para serem protegidos pelos EUA, inclusive os próprios norte-americanos que definiram a quantia que depreendem para a Organização. Neste sentido, a paz e a estabilidade da Europa são um interesse primordial dos EUA e justificam os investimentos.

As relações conturbadas vivenciadas hoje no continente europeu são largamente influenciadas pela postura estadunidense, uma vez que os EUA são aliados preferenciais da maioria dos países. Questões sensíveis esbarram na presença militar norte-americana no território europeu. Como ficariam as tropas da OTAN na eventual confirmação do Brexit, por exemplo? Os EUA abrirão mão das forças que compõem as coalizões em andamento, caso sejam de países que não estão em dia com a OTAN?

Como o próprio presidente chegou a afirmar, "cobrar a fatura" parece algo muito difícil, uma vez que a alta participação dos EUA no financiamento da OTAN faz parte da estratégia norte-americana de sustentação de uma ordem liberal no pós II Guerra Mundial. Muitos dos membros foram incorporados meramente por fazerem fronteiras ou serem dissidentes da extinte UNião Soviética. Estes países enfrentam dificuldades econômicas graves desde a dissolução do bloco soviético e dificilmente irão se comprometer com largos investimentos na área de defesa. O que está em jogo é a manutenção da estratégia norte-americana, e não somente a retórica de custos x benefícios.

Revisão das negociações sobre meio ambiente

Maria Luísa Telarolli

Durante a campanha Trump falou em revisar e, se necessário, suspender as políticas regulatórias nacionais e os acordos internacionais referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável em prol da retomada do crescimento econômico norte-americano. Desde que assumiu a presidência ele assinou decreto que orienta a *Environmental Protection Agency* (EPA), fundamental agência de proteção ao meio ambiente, a suspender e revisar as decisões tomadas durante a gestão de Obama para frear o aquecimento global, o que traz impactos diretos ao Plano de Energia Limpa do governo anterior. Ademais, o decreto cancela a redução da emissão do gás metano e retira as restrições à extração de gás xisto, assim como revisa as regulamentações nacionais para o tema. Esse conjunto de decisões incide sobre a meta assumida pelos EUA no Acordo de Paris, realizado na COP-21, em 2015.

Além disso, o presidente retomou as negociações para a construção do Keystone XL, oleoduto que sairá de Alberta, no Canadá, e irá até as refinarias do Texas, considerado um projeto controverso e nomeou Scott Pruist chefe da *Environmental Protection Agency*, que sempre manteve posição crítica à agência e é defensor das petrolíferas. Ainda no âmbito da EPA, Trump propôs corte de 31% ao órgão, que deverão se realocar nos gastos com segurança.

Trump, desde a campanha, indicou que restringiria as medidas adotadas pelo

governo de Obama na área de meio ambiente, uma vez que o foco de sua campanha foi a volta do crescimento econômico, por meio da geração de empregos e fortalecimento da indústria pesada dos Estados Unidos, sem o necessário enfoque na sustentabilidade. Entretanto, o seu retrocesso nas políticas ambientais enfrentará como desafio o avanço global em direção ao desenvolvimento sustentável, ocasionado por uma mobilização crescente, não apenas de grandes organizações específicas para o tema, como o Greenpeace, mas, também, da Organização das Nações Unidas, que realiza em seu âmbito uma série de conferências internacionais com o intuito de regulamentar as ações dos países na busca pelo equilíbrio entre crescimento e preservação ambiental. Também tenderão a opor resistência os grupos nacionais ambientalistas e a indústria de energia renovável norte-americana, que tem sido geradora considerável de empregos desde o Plano Energia Limpa.

Quanto ao Acordo de Paris, o presidente havia sinalizado interesse em sair, uma vez que o Acordo não foi ratificado pelo Senado, mas o documento assinado prevê um processo de saída de 4 anos e poderá estar sujeito aos compromissos processuais juridicamente vinculativos em seu âmbito, o que torna a saída alvo de considerável desgaste, ainda que a suspensão na emissão dos gases metano e xisto comprometam a meta assumida pelos EUA de reduzir em 26% a emissão de gases até 2015.

No que se refere à construção da Keystone XL, as pressões dos grupos ambientalistas foram responsáveis pela suspensão do projeto em 2015 e serão um grande desafio para Trump no que se refere ao meio ambiente, assim como, nessa questão específica, os proprietários de terra e reservas indígenas que estão em áreas pelas quais o oleoduto deverá passar serão fulcro de entreves legais; ademais, a TransCanada, que é responsável pela obra, vem se recusando a cumprir a exigência do presidente de usar canos de aço de origem norte-americana. De maneira geral, percebe-se que o lema de Trump "make America great again", não consegue conciliar a retomada ao crescimento com a sustentabilidade e a preservação ambiental, caminho buscado na última década pelos países de maneira geral e premissa básica para qualquer país que se pretenda desenvolvido.

CAPÍTULO II

Repercussões internacionais: casos selecionados

Argentina

Angelo Lira
Géssica Carmo

Durante a campanha, Trump não mencionou a Argentina em suas promessas, porém algumas de suas políticas podem vir a afetar o país sul-americano.

Seguindo o protecionismo prometido por Trump, no dia 20 de janeiro a exportação de limão argentino pelos Estados Unidos fora suspensa por 60 dias, tendo suspensão renovada por mais 60 dias no dia 17 de março. Internamente, alguns produtores da Califórnia amparam tal decisão, pois receiam que o limão argentino contenha *blackspot* (doença que ataca o fruto) e possa contaminar suas plantações.

Dentro do escopo da política migratória, enquanto a administração Obama acordara que menores de 16 anos e maiores de 66 poderiam realizar a solicitação de vistos para os EUA via correios, estando ainda isentos da entrevista para a aquisição do documento, o governo Trump, no dia 27 de janeiro, estreitou os casos de exceção para menores de 14 anos e maiores de 79 através de uma ordem executiva.

No dia 27 de abril os dois presidentes tiveram uma reunião na Casa Branca, quando puderam discutir assuntos bilaterais e regionais, expansão comercial, colaboração em segurança e a situação de instabilidade na Venezuela. Cabe lembrar que Macri ocupa a Presidência Pro-tempore do Mercosul. Além disso, o argentino teve a oportunidade de a) buscar maiores investimentos para seu país, embora não tenha logrado nenhum compromisso púbico nesse sentido, b) negociar os casos do limão, encontrando um Trump disposto, mas sem pressa em revogar a suspensão, e c) assinar acordos de cooperação para o combate ao tráfico de drogas, de migração facilitada para os argentinos em viagem aos EUA e de segurança cibernética.

Por fim, por um lado a Argentina defende estar protegida do "Efeito Trump", embora não esteja invulnerável, e, por outro, o protecionismo estadunidense abre uma chance de aprofundamento das relações entre os latino-americanos, como ilustra o encontro entre Mercosul e Aliança do Pacífico no início de abril, sendo não só uma chance para países como a Argentina e o Brasil ampliarem sua inserção no comércio mundial, mas também uma válvula de escape à sensibilidade mexicana ao seu vizinho do norte.

Brasil

Sara Toledo

Em março deste ano, o presidente brasileiro, Michel Temer, conversou por telefone com Donald Trump pela segunda vez. A primeira havia sido iniciativa de Temer para parabenizar a vitória eleitoral do presidente estadunidense. Segundo nota do MRE, nesta segunda conversa, Trump teria parabenizado Temer pelas reformas no Brasil, e o presidente brasileiro teria enfatizado a necessidade de avanços nas relações bilaterais. Segundo a Casa Branca, "os dois líderes concordaram em trabalhar juntos para promover o crescimento econômico no Brasil e nos Estados Unidos. Eles também discutiram a importância de incentivar o respeito pelos direitos democráticos e humanitários na Venezuela". Temer não tocou na questão da crise política que afeta o país que governa envolvendo uma ampla rede internacionalizada de corrupção que atinge inclusive a grande potência. Quase no mesmo dia em que conversaram, os EUA condenavam a empresa brasileira Odebrecht a pagar uma multa de U$S 2,6 bilhões, por suborno a agentes públicos no exterior. O fato também coincidiu com a declaração do Ministro de Relações Exteriores brasileiro, Aloysio Nunes, de que a política externa brasileira "*is back in the game*". O Ministro chamava a atenção para os problemas latino-americanos e o desafio de vencer o populismo que, segundo ele, deixou marcas nos países latino-americanos e impulsiona a

necessidade de manutenção da democracia. O mesmo Ministro, em face do ataque estadunidense à Síria, não assinou nota de Ministros Sul-Americanos acerca da utilização de armas químicas. Segundo o documento, ações que combatam armas químicas devem ser " respaldadas pela comunidade internacional", desde que respeitem o direito internacional e as recomendações da ONU.

Em 7 de abril, Trump autorizou a ataque à Síria após a constatação da utilização do gás sarin contra a população síria, mediante a fragilidade do CSONU em levar a cabo medidas resolutivas acerca da questão, recebendo apoio de países como Alemanha, França e Reino Unido. Em nota, o Itamaraty demonstrou preocupação com a "escalada do conflito militar na Síria", defendendo como solução o "diálogo efetivo e o pleno respeito ao direito internacional" e condenando a utilização de armas químicas mortais. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa no senado, também se posicionou contra a ação dos EUA, alegando que o ato coloca em risco a segurança internacional.

Contudo, apesar das discordâncias, o relacionamento duradouro entre Brasil e EUA ultrapassa conflitos domésticos e o estreitamento bilateral parece não ter se abalado com o incidente. A relação do Brasil com os EUA constitui-se de tal maneira importante para a história da política externa brasileira que a historiografia especializada a institui como ponto de referência ao analisar o *modus operandi* da inserção internacional brasileira, ao longo de determinadas conjunturas. A posição do Brasil no mundo em uma escala que vai do regional ao internacional passa, sem dúvida, pela forma como o Brasil se coloca em face da grande potência.

A vitória de Donald Trump fora construída sob as bases de um discurso fortemente antiglobalização, de alto teor nacionalista e populista, com declarações pontuais acerca do descrédito às instituições e foros multilaterais, até mesmo à própria ONU. Transposto para o universo das relações internacionais, o fenômeno aponta para a tendência de privilegiar as relações bilaterais e firmar acordos sem a mediação de terceiros, além de uma política fortemente protecionista, do ponto de vista comercial.

As principais promessas de campanha envolvem grandes atores internacionais que movimentam a economia mundial, sobretudo a China, do ponto de vista comercial, a União Europeia, sobretudo no que toca a questão

imigração, especialmente a Alemanha, e o Oriente Médio, do ponto de vista da segurança. A América Latina e o Brasil ocupam lugares secundários na agenda de Trump, com exceção do México. Considerando seu papel na agenda comercial estadunidense e o peso do país na economia mundial, o Brasil parece não encontrar espaço de destaque na política externa de Trump. A queda de braços que envolve a esmagadora maioria das proposituras de campanha de Trump deriva da necessidade estadunidense de frear o avanço descomunal chinês na cena econômica mundial. O Brasil ocupa papel inexpressivo na economia dos EUA, se comparado com o peso dos países mencionados acima, posição inversa, se analisada pelo lado brasileiro, que remete mais de 20% de suas exportações ao país norte-americano, com maioria de produtos manufaturados.

No universo comercial mundial, o Brasil responde por 1% dos fluxos comerciais no mundo, com queda de quase 0,5% de crescimento a partir de 2011. Além de ser o maior país a financiar investimentos externos diretos no Brasil, os EUA são o segundo maior parceiro comercial brasileiro, absorvendo grande parte da exportação manufatureira brasileira, ultrapassado somente pela China, que desbancou o país norte-americano em 2009. Neste contexto, o Brasil parece não estar inscrito na estratégia de política externa norte-americana. É possível especular sobre a guerra comercial dos EUA com a China, dada a expressão crescente do gigante asiático na economia brasileira. O Brasil fornece basicamente commodities à China, principalmente soja e minério de ferro. A imensa maioria das exportações refere-se à soja, para movimentar a criação de animais. Com promessas de investimento em infraestrutura de mais de U$S 1 trilhão, é possível que a economia brasileira seja favorecida com o aumento das exportações de manufaturados para os EUA.

A irrelevância comercial do Brasil, em comparação com os EUA, contrasta com a grandiosidade continental dos dois maiores países do continente. A necessidade de diálogo com o Brasil também assegura à potência a possibilidade de utilizar o país para resolver questões regionais, tal como apontado pela conversa dos dois presidentes sobre a situação da Venezuela.

Chile

Arthur Murta

Desde a década de 1990, o Chile vem buscando ampliar sua inserção econômica internacional seguindo a estratégia do chamado "regionalismo aberto" e tendo como um de seus principais instrumentos o estabelecimento de acordos bilaterais por meio de Tratados de Livre-Comércio (TLC). Em 2002, Chile e Estados Unidos concluíram as tratativas para a instituição de um TLC entre ambos os países. O Tratado, que entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2004, foi comemorado por Santiago por reforçar as características chilenas de uma economia aberta, competitiva e apoiada no dinamismo de suas exportações. Na época, os EUA ainda detinham o posto de maior economia mundial e de maior sócio comercial do Chile.

O cenário mudou e, hoje, a China é o maior parceiro comercial chileno. Os dados oficiais de 2016 dão a magnitude da relação: a China concentra 38% do comércio exterior chileno, ao passo que os Estados Unidos, na segunda posição, respondem por 15,7% do total. Entre 2015 e 2016, os movimentos do intercâmbio comercial nas relações bilaterais também foram divergentes, em que pese um crescimento de 0,9% no saldo da balança comercial com a China e uma redução de 6,5% no saldo com os EUA – o que, por sua vez, torna a relação bilateral extremamente positiva para Washington.

Ainda assim, as relações entre a Casa Branca e o Palácio de La Moneda não apontam para um enfraquecimento. Pelo contrário, a emergência do governo de Donald Trump pode se utilizar do TLC chileno como exemplo de um acordo sólido que maximiza os ganhos estadunidenses, sob a égide do modelo comercial internacional que foi sustentado por Trump durante a campanha, que consiste em aprofundar e expandir os acordos bilaterais.

Por outro lado, a retirada dos EUA da Parceria Transpacífico – que também seria integrada pelo Chile – forçou Santiago a repensar o modelo de expansão do seu comércio exterior para os próximos anos. A então estratégia de multilateralização comercial deve ser focada agora nos acordos advindos da Aliança do Pacífico e, dando continuidade a estratégia da Política Externa Chilena desde os anos 1990, de expandir os acordos bilaterais. Recentemente, o país sinalizou o interesse em ampliar o comércio com os demais países que integrariam a TPP, além da Coreia do Sul e da China.

O esvaziamento encabeçado pelos Estados Unidos do mega-acordo comercial pode ter alterado a estratégia, mas não os rumos da expansão comercial chilena, que seguem concentrados na região Ásia-Pacífico e buscando, com Washington, uma manutenção nas relações.

Cuba

Milagro Mengana

O "esquecimento da América Latina" por parte dos Estados Unidos e a tentativa de melhorar as relações com a região convergiram num ponto de virada da política tradicional dos Estados Unidos em relação a Cuba. Assim, no dia 17 de dezembro 2014 anunciou-se o início do processo de relações diplomáticas entre os dois países – rompidas em 1961 – seguido da reabertura de embaixadas e, posteriormente, a visita à ilha de um presidente americano em exercício pela primeira vez em quase 90 anos.

Sobre esta questão, Donald Trump se mostrou indeciso durante sua campanha presidencial – não esquecendo as revelações de tentativas violação do embargo comercial por meio de investimentos na área de hotéis e casinos na década de noventa ou as sugestões da *Bloomberg Business Week* sobre a busca de oportunidades de negócios na área de Golf.

Durante as primárias republicanas, Trump mostrou uma posição aberta em relação a Cuba, afirmando que ele não se opunha à restauração das relações dos dois países, apesar de achar que poderia conseguir um "melhor negócio". No entanto, no anfiteatro do *Bayfront Park Miami*, e a fim de seduzir o voto cubano-americano republicano, ele ofereceu política reverter a política democrata

dizendo: "vamos cancelar o acordo unilateral do Obama com Cuba feito através de uma ordem executiva – se não conseguirmos em Cuba o trato que queremos e o acordo que merecem as pessoas que moram aqui, incluindo a protecção das liberdades políticas e religiosas". A respeito de outro dos pontos das negociações entre os dois países também afirmou sua posição: manter a prisão militar na Baía de Guantánamo.

Perto dos cem dias da agitada administração de Donald Trump, a política externa americana em relação à ilha, pelo menos publicamente, se mantém na incerteza; embora uma incerteza consistente com as previsões de uma possível estagnação do processo entre os dois países, sem contratempos essenciais. Cuba não é uma questão prioritária, mas parece ser um dilema para o atual presidente.

Até a data, Donald Trump parece ter uma postura conciliatória com a "encruzilhada" colocada pela ordem executiva de Barack Obama, eliminando a política dos "pés secos/ pés molhados" e provocou reações mistas em seu *tweet* na ocasião da morte de Fidel Castro. Além do fracasso admitido da política dos EUA desde 1959, Cuba passa por mudanças sociais, econômicas e políticas dentre elas, a saída aunciada do Raúl Castro em 2018 e uma retórica menos agressiva contra os Estados Unidos. Por outro lado, o embargo econômico, a Lei de Ajuste Cubano (CAA) e a base naval de Guantánamo – principais reivindicações do governo cubano – se mantêm.

Sobre o "dilema" cubano, Donald Trump, que pode reverter ordens executivas de seu predecessor – deve lidar com os vários interesses comerciais já estabelecidos com a ilha ao longo dos últimos dois anos e os interesses no Congresso dos EUA.

México

Marcela Franzoni

O México sente os impactos de Donald Trump desde quando ele era candidato. A partir de então, o país encontra-se mergulhado em uma conjuntura de incerteza, associada principalmente ao futuro bilateral com a renegociação do NAFTA.

Apesar da relação de interdependência formalizada no Tratado, são Estados com capacidades assimétricas. Os EUA são o principal destino das exportações mexicanas, correspondente a 81%. Isso faz com que, em momentos de crise, o México seja um dos primeiros países a serem afetados. O peso mexicano desvalorizou mais de 15% na semana eleitoral, tendo também sofrido impactos diante das ameaças de Trump de colocar barreiras comerciais ou retirar os EUA do NAFTA. É um sinal de desconfiança dos empresários quanto ao futuro macroeconômico do México diante da possibilidade de que as medidas de Trump fossem implementadas.

Seu discurso e suas primeiras medidas demandaram uma reação da política externa do México. A retirada dos EUA da Parceria Transpacífico diminui o interesse da diplomacia mexicana e de outros países em levar o acordo adiante, o que fez o governo do México sugerir a possibilidade de abrir negociações bilaterais com Estados asiáticos. Por sua vez, a assinatura do decreto de construção do muro fronteiriço colocou Donald Trump e o presidente do México, Enrique Peña Nieto, em confrontação direta. Essa medida mostra como a dinâmica migratória é securitizada, um ponto de histórico confronto entre os países.

Outra reação da diplomacia mexicana foi a troca do Secretário de Relações Exteriores, com a nomeação de Luis Videgaray como interlocutor bilateral devido ao contato que possui com a equipe de Trump. O México tenta mostrar que a relação de dependência não é unilateral. Ele é o segundo maior destino das exportações estadunidenses, assim como a mão de obra que reside nos EUA é importante para o desenvolvimento deste país. Entretanto, o governo mexicano não possui uma estratégia consolidada para manejar as relações com Trump, por enquanto respondendo a aspectos concretos.

Venezuela

Arthur Murta

Ainda durante a corrida presidencial, Donald Trump constituía-se como a alternativa desejada pelo governo de Nicolás Maduro, dado que Hillary Clinton representava a continuidade das políticas de Barack Obama, figura corriqueiramente caracterizada pelo presidente venezuelano como "inimigo" – em março de 2015, no governo Obama, se instituiu um decreto que declara a Venezuela uma ameaça à segurança estadunidense.

Logo após a vitória de Trump, Maduro não só o parabenizou como afirmou estar disposto a construir uma agenda positiva de diálogo com os Estados Unidos, que deveria agora "deixar de ser império e se tornar um Estado forte e de paz", numa clara alusão ao discurso isolacionista até então sustentado pelo republicano. Além disso, dados oficiais da Comissão Federal Eleitoral dos EUA apontam uma doação de US$ 500 mil da Citgo Petroleum, subsidiária da PDVSA (empresa estatal venezuelana de petróleo), para a cerimônia de posse de Donald Trump.

Apesar desse cenário, os primeiros meses do novo governo não parecem trazer novos rumos às conturbadas relações entre Caracas e Washington. Em janeiro, o pedido do governo venezuelano de que os Estados Unidos retirassem o decreto instituído por Obama não foi atendido pelos norte-americanos. No mês seguinte, um *tweet* publicado na

conta de Trump solicitando que o líder oposicionista Leopoldo López fosse liberado do encarceramento foi rechaçado com veemência pela Ministra de Relações Exteriores venezuelana.

A situação se agravou recentemente, quando a administração Trump anunciou sanções contra o vice-presidente da Venezuela, Tareck El Aissami, referindo-se a ele como "chefe" de uma rede internacional de tráfico de drogas. Ainda que as sanções sejam direcionadas apenas ao vice-presidente – que será afastado de negociações financeiras com americanos e terá quaisquer ativos americanos congelados –, o ato pode ser visto como o primeiro movimento de Trump contra o governo venezuelano, dado que Washington se referiu abertamente ao sucessor na linha presidencial como "chefe" do narcotráfico.

Rex Tillerson, Secretário de Estado, afirmou que o governo dos Estados Unidos olha com preocupação para a conjuntura no país sul-americano. A situação de caos social, político e econômico que se faz presente na Venezuela é tão expressiva que não há maneira de se projetar perspectivas nas relações bilaterais que não sejam a mesma manutenção tensionada vista nos últimos anos.

União Europeia

Francesca Mercurio
Thiago Babo

Os 100 dias de governo do Presidente Trump, se analisados por meio de sua relação com a União Europeia (UE), caracterizam-se de forma predominante pelo enfoque dado ao fenômeno do Brexit, que dominou o próprio debate europeu dos últimos meses. Por um lado, o Presidente exaltou o resultado das urnas britânicas no referendo de junho de 2016, afirmando que "o *Brexit* será maravilhoso" para o país e que os outros Estados europeus deveriam seguir o mesmo exemplo, uma vez que em sua visão o Reino Unido terá "sua própria identidade" nacional de volta, maior autonomia para decidir quais pessoas poderão entrar no país, bem como "poderá fazer acordos comerciais sem ter ninguém para controla-los" – reafirmando, assim, o discurso que teve durante sua campanha eleitoral. Por outro lado, porém, Trump manteve uma posição contraditória ao menos em seus discursos, ressaltando em inúmeras ocasiões a importância da união entre os países e o fortalecimento, tanto do bloco europeu, como dos esforços feitos até os dias de hoje para se manterem integrados. A incongruência presente nos discursos de Trump, ao menos no que se refere à UE, também é ressaltada por sua defesa, cada vez constante, de um modelo bilateral de construção de relações políticas e comerciais – uma antítese à realidade europeia.

Tanto Trump quanto o *Brexit* são reflexos de um fenômeno social maior que

se caracteriza por uma percepção por parte de alguns indivíduos e sociedades acerca do esgotamento, do fracasso e da incapacidade da globalização em trazer benefícios reais aos cidadãos – sentimento que cresceu após as crises financeiras e econômicas do final da década passada. O descontentamento de grande parte dos cidadãos decorre da percepção de que a atual política – pautada na globalização – trouxe benefícios econômicos e sociais apenas para uma pequena parcela da população, privilegiando ainda mais as elites nacionais. Há nesta consciência o entendimento de que um Estado-nação forte é capaz de fornecer uma proteção econômico-social que fora perdida nos últimos anos, representando no espectro político-partidário uma constante e crescente marginalização dos partidos políticos mais próximos à ideologia de centro. Ainda mais, o combate aos malefícios da globalização encontrou força e respaldo nos discursos de cunho nacionalista que, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, ganharam fortalecimento através de manifestações anti-imigrantes.

O que se pode prospectar para a UE é, prevalentemente, um momento difícil e de crise, onde o bloco corre o sério risco de se fragmentar, caso não consiga encarar os desafios impostos pela crescente onda populista que se manifestará nas próximas eleições nacionais, em países como a França, Alemanha, Itália, entre outros, impulsionada por movimentos nacionalistas e antiglobalização contrários às instituições e ao que a UE representa. Em meados de março, após liderar as pesquisas de intenção de voto, o candidato do Partido da Liberdade, Geert Wilders, portador de discursos racistas e antieuropeu, sofreu derrota simbólica. O futuro político na França, por exemplo, será decidido num segundo turno entre Emmanuel Macron, globalista e pró-europeu, e Marine Le Pen, uma das mais tradicionais líderes nacionalistas de direita.

Da mesma forma, na Itália, o resultado negativo do referendo sobre a reforma constitucional, em dezembro de 2016, trouxe para o país uma situação de incerteza política e econômica onde as exigências populistas que geraram um impasse governamental e social vêm tanto dos partidos de direita, quanto de esquerda, dificultando a tentativa de colocar esses grupos em rótulos ideológicos de distinta identificação. A vitória de Trump nas eleições dos EUA foi celebrada pelo eurocético da extrema-direita, Matteo Salvini, em nome da mesma xenofobia radical que levou Trump à Casa Branca, fato que nas

próximas eleições parlamentares italianas (primavera de 2018) poderá resultar num efeito negativo à criação de uma politica de imigração própria da Itália (dentro dos parâmetros europeus, todavia). Embora a Itália esteja na fronteira do bloco europeu e seja atualmente palco de uma grande crise de refugiados, não há no país uma política de imigração claramente estabelecida e referendada.

Ao mesmo tempo, a crise econômica tem alimentado na população de grande parte das sociedades europeias o sentimento de que todo o mal existente é gerado pela moeda única, o euro, e pelo excessivo controle alemão em questões comerciais e financeiras, removendo qualquer culpa das costas de uma classe política incapaz de fazer frente ao próprio déficit público e às mudanças do sistema internacional.

Nestes 100 dias de governo, Trump apresentou, ao menos em suas declarações, uma postura bastante contraditória em relação à União Europeia, o que poderia indicar uma ausência, por enquanto, de definição sobre a política que a Casa Branca irá levar adiante em suas relações com o bloco europeu. Para além de questões comerciais – como o término da negociação sobre um acordo transpacífico de livre-comércio – e de assuntos de segurança internacional – com as constantes declarações de Trump sobre o status obsoleto da OTAN –, o Governo Trump poderá influenciar o crescimento e a consolidação de partidos políticos extremistas na Europa, portadores de discursos nacionalistas, anti-globalização e anti-União Europeia.

BRICS

Renato Xavier

Ao ser anunciado como novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como de praxe nas relações internacionais, foi parabenizado por líderes e chefes de governo, entre eles os países BRICS. O mais relevante desse movimento protocolar não está na forma, mas sim no conteúdo, o qual revela direções distintas na relação dos países BRICS com o governo norte-americano.

Dos primeiros discursos dos líderes dos BRICS sobre a vitória de Donald Trump, as falas do Primeiro Ministro indiano, Narendra Modi, e do Presidente do Brasil, Michel Temer, parecem ser as mais enfáticas e abertas ao diálogo bilateral com os Estados Unidos. O Primeiro Ministro indiano falou sobre "trabalhar em estreita colaboração com Trump", para levar "os laços bilaterais Índia-EUA" ao que ele chamou de "um novo patamar". Michel Temer, por sua vez, disse "estar certo de que trabalharão juntos, para estreitar os laços de amizade e cooperação que unem os povos".

Do outro lado do BRICS, Vladimir Putin (Rússia), Jacob Zuma (África do Sul) e Xi Jinping (China) parabenizaram Donald Trump e enfatizaram questões ligadas à cooperação multilateral e à segurança. O governo russo instou o presidente norte-americano a "trabalhar juntos em questões internacionais"; e o presidente sul-africano trouxe o discurso para questões regionais: "promoção da paz, segurança e prosperidade em todo o mundo, especialmente no continente africano". O governo chinês enfatizou questões de segurança, atribuindo importância à relação China-EUA, para então manifestar sua disposição de "trabalhar em conjunto para defender os princípios de não-confrontação, respeito mútuo e cooperação positiva".

As primeiras falas dos líderes dos países BRICS podem indicar uma nova fase para o arranjo político. Se na década passada a ideia de reforma das organizações internacionais unia os cinco países, atualmente problemas internos e crises de segurança global podem dificultar novos entendimentos. Nesse sentido, a relação bilateral dos Estados Unidos com cada um dos países BRICS indicará os passos do arranjo político nos próximos anos. Em um mundo instável, Donald Trump tem, nas relações bilaterais, uma importante arma para frear avanços no interior do arranjo BRICS.

Sobre os autores

André Mendes Pini
Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), e Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Áreas de Interesse: Defesa e Segurança, Terrorismo e Teorias de Relações Internacionais.

Angelo Lira
Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp - Unicamp - Puc-SP). Além de sua participação no NEAI (Núcleo de Estudos e Análises Internacionais), é também membro pesquisador do Observatório de Regionalismo e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD). Temas de maior interesse: globalização, democracia e integração regional.

Arthur Murta
Professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC-SP. Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP), com estágio de pesquisa realizado na Universidad de Chile (UChile). No NEAI, atua como coordenador do projeto de cooperação internacional "Boletín de Relaciones Internacionales - Actualidad BRICS", em parceria com o Instituto de Estudios Politicos Andinos (IEPA-UNMSM, Peru). Tem interesse nas áreas de: Análise de Política Externa, Economia Política Internacional, Migrações Internacionais.

Clarissa Forner
Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUCSP). Tem interesse pelas áreas de segurança internacional e política externa dos Estados Unidos.

Fernanda Magnotta
Mestre e doutoranda pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), pós-graduada em Globalização e Cultura (FESP-SP) e bacharel em Relações Internacionais (FAAP). Suas principais áreas de interesse são tradições políticas, ideologias políticas, processo decisório e formulação da grande estratégia dos EUA. Foi estagiária no Americas Program do Center for Strategic and International Studies (CSIS), em Washington D.C., e atualmente é professora e coordenadora do curso de Relações Internacionais da FAAP. Autora do livro "As Ideias Importam: o Excepcionalismo Norte-Americano no Alvorecer da Superpotência" (Curitiba, Appris, 2016).

Francesca Mercurio
Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Relações Internacionais pela Escola de Economia e Gestão, da Universidade do Minho (Portugal), com intercâmbio de pesquisa realizado no Instituto de Relações Internacionais (IRI) e no NUPRI (Núcleo de Pesquisa em Relações Interacionais) da USP. Bacharel em Ciências Politicas / Estudos Internacionais pela Università di Bologna (Itália). Áreas de Pesquisa: Relações Internacionais, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Cooperação Sul- Sul, Política Externa Brasileira, Continente Africano, BRICS.

Géssica Carmo
Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Atua e tem interesse na área de Análise de Política Externa, Política Externa Brasileira e Política Internacional, pesquisando atualmente a Organização Diplomática Brasileira. É também pesquisadora da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

João Arthur Reis
Mestrando do Programa de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ) e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalha nas áreas de Segurança Internacional, Forças Armadas, Estados Unidos, Inserção Internacional da China, Economia Política e Desenvolvimento.

Laís Azeredo
Internacionalista pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mestre e Doutoranda pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Atuou como Agente de Proteção no Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. É atualmente Professora da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP-SP). Desenvolve pesquisas sobre a securitização da imigração e crimigração.

Lucas Leite
Graduado em Relações Internacionais pela PUC-MINAS, Mestre e Doutorando pelo PPGRI San Tiago Dantas. Foi Pesquisador Visitante na Georgetown University (Washington/EUA), onde fez doutorado-sanduíche (BEPE-FAPESP) com pesquisa sobre História e Política Externa dos Estados Unidos no século XIX e XX. É

professor da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e das Faculdades Integradas Rio Branco (FIRB). Trabalha especialmente com temas de Política Externa Norte-Americana e Abordagens Pós-Estruturalistas.

Maíra Fedatto
Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Política Internacional e Comparada pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Atuou como pesquisadora da Fiocruz e consultora da Unesco. Tem interesse nas áreas de: Saúde Global, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Continente Africano e BRICS.

Marcela Franzoni
Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e mestranda no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Atualmente, pesquisa a diplomacia econômica mexicana e as suas relações com os Estados Unidos e a América Latina.

Maria Luísa Telarolli
Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Campinas (FACAMP) e mestranda pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp, PUC-SP). Bolsista CAPES, pesquisa integração regional, meio ambiente e recursos hídricos. Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Cultura e Democracia (GEICD) da Unesp de Araraquara, da Rede de Política Externa e Regionalismo (REPRI), do Observatório de Regionalismo e do CEDEC.

Milagro Mengana
Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. Mestre em Relações Internacionais pelo ISRI (Cuba) e Mestre em Direito Penal pela UO (Cuba). Atuou por sete anos como professora, coordenadora e pesquisadora no curso de Licenciatura em Direito da ULT, Cuba. Atua e tem interesse nas seguintes áreas: Integração Regional e relações bilaterais de Cuba com os países latino-americanos.

Mirko Pose
Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestrando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ). Tem interesse nas áreas de Economia Política, Economia Internacional e Desenvolvimento da China, com foco em Sistema Monetário Internacional e economia chinesa.

Renato Xavier
Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrando pelo PPGRI San Tiago Dantas. Tem interesse nas seguintes áreas: BRICS, Megaeventos esportivos e Política Internacional.

Sara Toledo
Mestre e doutoranda em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas. Possui licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA). Atualmente, pesquisa a relação entre Partidos Políticos e Política Externa no Brasil (1995-2010). Atua e tem interesse nas seguintes áreas : Política Externa Latino-Americana, Integração Regional e Relações Bilaterais entre os países sul-americanos.

Tatiana Teixeira
Doutora em Ciência Política (Iesp/Uerj), é autora do livro "Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA" (PPGRI/UFF e Revan, 2007). Foi visiting scholar no Think Tanks and Civil Societies Program, então ligado ao Programa de Relações Internacionais da Universidade da Pensilvânia (EUA). Ganhadora do Prêmio Franklin Delano Roosevelt de Melhor Dissertação de Mestrado da Embaixada dos EUA (edição 2007), trabalhou como pesquisadora no Observatório Político Sul-Americano (Opsa/Iuperj) e no Observatório Político dos Estados Unidos (Opeu).

Thiago Babo
Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem interesse nas áreas de: Sociologia Histórica e Política, Construção do Estado-nação e Sociologia das Relações Internacionais.

Victor Teodoro
Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação "San Tiago Dantas" (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Graduado em Relações Internacionais pela Unesp - Campus de Franca/SP. Também é membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Tem interesse nas áreas de Defesa e Segurança Internacional, Relações Civis-Militares e Cooperação Regional em Segurança.